

The Palestinian Boycott, Divestment and Sanctions National Committee (BNC) is a wide coalition of the largest Palestinian mass organizations, trade unions, networks and organizations.

BNC member organizations:

- Council of National and Islamic Forces in Palestine
- Gen. Union of Palestinian Workers
- Palestinian Union of Postal, IT and Telecommunication workers
- Palestinian Trade Union Coalition for BDS (PTUC-BDS)
- Palestinian NGO Network (PNGO)
- Palestinian Nat'l Institute for NGOs
- Federation of Indep. Trade Unions
- Global Palestine Right of Return Coalition
- Occupied Palestine and Syrian Golan Heights Initiative
- Gen. Union of Palestinian Teachers
- Palestinian Federation of Unions of University Professors and Employees (PFUJUPE)
- Gen. Union of Palestinian Women
- Gen. Union of Palestinian Writers
- Union of Palestinian Farmers
- Grassroots Palestinian Anti-Apartheid Wall Campaign (STW)
- Pal. Campaign for the Academic and Cultural Boycott of Israel (PACBI)
- Popular Struggle Coordination Committee (PSCC)
- Civic Coalition for the Defense of Palestinian Rights in Jerusalem
- Coalition for Jerusalem
- Nat'l Committee to Commemorate the Nakba
- Union of Public Employees in Palestine-Civil Sector
- Gen. Union of Palestinian Peasants
- Union of Pal. Charitable Organizations
- Union of Professional Associations
- Women Campaign to Boycott Israeli Products
- Palestinian Economic Monitor
- Union of Youth Activity Centers- Palestine Refugee Camps
- Agricultural Cooperatives Union
- Nat'l Committee for Grassroots Resistance
- Palestinian General Federation of Trade Unions

Carta aberta ao parlamento brasileiro contra a ratificação dos acordos entre Brasil e Israel que aprofundam as relações militares e os laços de cumplicidade

O Comitê Nacional Palestino do Movimento BDS (BNC), a maior rede da sociedade civil palestina, pede aos representantes eleitos do povo brasileiro que não aprovem os acordos de cooperação militar, científica e tecnológica com Israel[1], assinados pelo governo brasileiro durante a viagem de Jair Bolsonaro àquele país em março deste ano. Os acordos estão sendo empurrados no processo de aprovação parlamentar em paralelo à nomeação do diretor de marketing de uma das maiores empresas militares israelenses no Brasil como embaixador brasileiro em Israel. Se ratificados, os textos perpetuariam um ciclo vicioso de violações dos direitos humanos, que não afeta apenas a Palestina, mas também aprofunda a militarização e a repressão no Brasil.

Os dois acordos estão em contradição direta com o compromisso histórico do Brasil com os princípios de autodeterminação, soberania e o direito internacional em geral [2]. A metodologia e a tecnologia militar e de segurança de Israel são desenvolvidas dentro da estrutura de décadas do regime de ocupação, apartheid e colonialismo de Israel, incluindo suas políticas ilegais de conquista e anexação pela força dos territórios palestinos e a construção contínua de seus assentamentos e do Muro, ambos ilegais, na Cisjordânia ocupada.

Sob o direito internacional, o Brasil tem o dever de não dar assistência a violações graves do direito internacional como essas[3]. No entanto, esses acordos com Israel, se ratificados pelo Parlamento, aprofundariam as relações militares e os laços de cumplicidade, facilitando os benefícios econômicos para Israel e suas empresas privadas cúmplices, ajudando na manutenção da situação ilegal[4] e na prática de violações sistemáticas da IV Convenção de Genebra. Os textos também prevêm que o Brasil hospede empresas e seus representantes diretamente responsáveis pela prática dessas violações, incluindo pessoas acusadas de crimes de guerra.

Muitas das empresas israelenses de tecnologia estão conectadas ao setor militar[5], e suas exportações são essenciais para a sustentação da indústria militar israelense - cerca de 70% das armas israelenses são produzidas para venda no exterior[6]. Sem cooperação internacional, Israel não seria capaz de manter suas políticas de ocupação e apartheid que oprimem o povo palestino.

Para poder executar suas políticas ilegais sistemáticas e sustentadas, a indústria e as instituições científicas de Israel desenvolvem constantemente novas tecnologias de repressão que variam de armas a drones, de sistemas de vigilância a espionagem cibernética.

Até os brutais ataques militares israelenses contra os dois milhões de palestinos e palestinas sitiados em Gaza tornaram-se uma vitrine e um laboratório para o desenvolvimento e teste de novos armamentos e tecnologias. Durante o ataque israelense a Gaza em 2014, no qual 2.300 pessoas palestinas foram mortas[7], empresas militares de Israel testaram novas armas. A repressão militar de Israel à mobilização massiva e não-violenta das pessoas em Gaza nas Marchas de Retorno custou a vida de pelo menos 312 pessoas palestinas em um ano, incluindo médicos, jornalistas, pessoas com deficiência e pelo menos 59 crianças. Aproximadamente 29.000 manifestantes foram feridos, entre eles 370 médicos e enfermeiros, 3.565 crianças, 1.168 mulheres e 104 idosos[8]. A indústria militar de Israel transformou esses protestos em campos de teste para armas mortais cada vez mais sofisticadas.

Uma vez exportados, esses métodos, tecnologias e armas são usados com demasiada frequência para apoiar violações dos direitos humanos em todo o mundo. Na América Latina, essa cooperação tem historicamente apoiado esquadrões da morte e juntas militares brutais. Atualmente, Israel está novamente apoiando regimes oriundos de golpes e governos repressivos que atacam seu próprio povo. [9]

Estamos convencidos de que as e os parlamentares brasileiros têm em suas mãos uma oportunidade histórica de defender a justiça, a igualdade e a paz na Palestina e no Brasil. Votar não a esses acordos não é apenas um ato de solidariedade em continuidade com o legado da diplomacia brasileira, mas um passo concreto para cumprir as obrigações do Brasil sob o direito internacional e impedir Israel de intensificar o projeto de militarização em curso no Brasil.

[1] https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/bolsonaro-indica-diretor-de-empresa-israelense-paraembaixada-em-israel.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha

[2] <https://www.diakonia.se/en/IHL/The-Law/International-Law1/IL--Self-Determination/>

[3] <https://www.diakonia.se/en/IHL/The-Law/International-Law1/Enforcement-of-IL/>

[4] https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.33_GC-IV-EN.pdf

[5] https://www.researchgate.net/publication/258834011_Military_Capital_in_the_Israeli_Hi-Tech_Industry

[6] <https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/economy/pages/economy-%20sectors%20of%20the%20economy.aspx>

[7] https://pchrgaza.org/files/Reports/English/pdf_spec/23-days.pdf

[8] https://elpais.com/internacional/2019/09/06/actualidad/1567798837_596529.html

[9] <https://bdscolombia.org/wp-content/uploads/2018/11/Resumen-informe-militarismo-israel%C3%AD-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>